



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 09/2026
(Dispensa Eletrônica)**

CONTRATANTE (UASG)

Procuradoria da República na Bahia (UASG 200031).

OBJETO

Contratação de serviços de outsourcing, incluindo locação, instalação, transporte (inclusive vertical), manutenção preventiva e corretiva e reposição de insumos (inclusive baterias) e descarte de baterias, de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (Nobreaks), para o edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia em Salvador (PR/BA) e para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 50.295,68 (cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO

25/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08hs até 14hs.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor valor anual por item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não.

Link para envio de proposta e para a sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

sumário

1.	<u>DO OBJETO</u>	3
2.	<u>DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA</u>	4
3.	<u>DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL</u>	6
4.	<u>DA FASE DE LANCES</u>	8
5.	<u>DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS</u>	8
6.	<u>DA FASE DE HABILITAÇÃO</u>	12
7.	<u>DA CONTRATAÇÃO</u>	15
8.	<u>DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>	16
9.	<u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	18



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

AVISO CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 09/2026

(Dispensa Eletrônica)

PGEA N.º 1.14.000.001010/2025-88

Torna-se público que a Procuradoria da República na Bahia, por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 25/06/2026

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de outsourcing, incluindo locação, instalação, transporte (inclusive vertical), manutenção preventiva e corretiva e reposição de insumos (inclusive baterias) e descarte de baterias, de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (Nobreaks), para o edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia em Salvador (PR/BA) e para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento:

- Anexo I – Termo de Referência e seus anexos:
 - Anexo A.1 – Modelo de Planilha de Preços Editável (disponibilizada em arquivo “.ods”).
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.
- Anexo III – Minuta do Contrato.
- Anexo IV – Declaração de Comprovação de Regularidade Social e conformidade à Resolução CNMP Nº 37/2009.
- Anexo V – Declaração por não ultrapassar a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte (EPP), no Exercício, em contratos firmados com a Administração Pública.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SIASG/Compras.gov e as especificações e descrições constantes no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o fornecedor enviar, além da declaração eletrônica do subitem 3.11, a declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

2.3.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.11. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.3.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.4 e 2.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.3.4 e 2.3.5 não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.9. A vedação de que trata o item 2.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame, conforme justificativas contidas no subitem 2.15 do Termo de Referência.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.5. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas será o MENOR VALOR ANUAL POR ITEM, observando os valores máximos aceitáveis de:

ITEM 1 – R\$ 28.972,66 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos);

ITEM 2 – R\$ 6.132,53 (seis mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ITEM 3 – R\$ 6.132,53 (seis mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos);

ITEM 4 – R\$ 9.057,96 (nove mil, cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos);

5.2. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2.3. Sempre que convocado, o licitante detentor da proposta vencedora terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação no sistema, para responder à convocação de negociação, se for o caso, observados os itens 5.2.1 e 5.2.2.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, **será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.**

5.4.1. São considerados, também, documentos complementares as declarações abaixo, que poderão ser enviadas, juntamente, com a proposta vencedora ou para a contratação:

- a) **ANEXO IV – Declaração de Comprovação de Regularidade Social e conformidade à Resolução CNMP Nº 37/2009;**
- b) **ANEXO V – Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública. (SE O LICITANTE FOR ME/EPP)**

5.4.2. O Modelo de Planilha de Preços Editável, conforme modelo do Anexo A.1 do Termo de Referência, em formato editável, pode ser utilizada pelos fornecedores como forma de auxiliar na composição dos preços de sua proposta.

5.4.3. Fica estabelecido prazo de 1 (uma) hora, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça pela Controladoria-Geral da União (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5.1. Os cadastros que tratam os subitens “b”, “c”, “d” e “e” serão consultados através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

5.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

5.5.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.5.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

5.5.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.7. Verificadas as condições de participação e de tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta que:

- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. O agente de contratação poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo constante no subitem 5.4.3. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do agente de contratação durante a sessão pública, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos solicitados do fornecedor mais bem classificado a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, serão:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

6.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

6.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

6.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda municipal ou distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de Declaração de que a empresa não emprega menor, a ser preenchida na forma eletrônica, conforme dispõe o subitem 3.10.5.

6.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.9. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Quando a certidão não trazer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

6.4.1.1. No caso do licitante encontrar-se em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que o interessado



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

está apto econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, com amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 1.185/2017.

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Para fins de qualificação técnico-profissional, serão exigidos dos profissionais, no mínimo, a seguinte qualificação:

6.5.1.1. Engenheiro Eletricista – diploma de graduação em engenharia elétrica e comprovante, mediante **apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.**

OU

6.5.1.2. Eletrotécnico – certificado de conclusão de curso de técnico de nível médio em eletrotécnica, e comprovante, mediante **apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CRT, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.**

OU

6.5.1.3. Eletrônico – certificado de conclusão de curso de técnico de nível médio em eletrônica, e comprovante, mediante **apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CRT, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.**

6.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 1 (uma) hora, sob pena de inabilitação.**

6.8. O agente de contratação poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive quanto à solicitação da documentação referida no subitem 6.7. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

6.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.14.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

7.4. O prazo de vigência da contratação é o disposto no subitem 1.4 do Termo de Referência (Anexo I).

7.5. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será consultado o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratações consignadas neste Aviso**, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência o contrato.

7.6. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.6. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.2. Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela [Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023](#), que “Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”. Assim, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Multa de 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.9, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.
- b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.1 a 8.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#), nos casos dos subitens 8.1.5 a 8.1.9, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

direito com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item 7 do Termo de Referência (Anexo I).

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Salvador, 16 de junho de 2026.

Luiz Antonio Barreto Nascimento

Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de outsourcing, incluindo locação, instalação, transporte (inclusive vertical), manutenção preventiva e corretiva e reposição de insumos (inclusive baterias) e descarte de baterias, de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (Nobreaks), para o edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia em Salvador (PR/BA) e para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista.
- 1.2. As especificações técnicas e a descrição dos serviços encontram-se pormenorizadas neste Termo de Referência.
- 1.3. Ramo de Atividade predominante da contratação (CATSER): 22233 – Locação de energia ininterrupta (no-break). (Fonte: Catálogo de Serviços disponibilizado no site www.compras.gov.br).
- 1.4. Prazo do contrato: O prazo de vigência da contratação é de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data a ser definida no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de engenharia com valor inferior ao limite legal.
- 2.2. O art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o processo de contratação direta será instruído com o documento de formalização da demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
- 2.3. A utilização da expressão "se for o caso" denota que a elaboração do ETP não é uma exigência absoluta para todas as contratações diretas. Nesse sentido, o art. 14, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 estabelece que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.4. Considerando o baixo valor envolvido na presente dispensa de licitação, enquadrada no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e em consonância com o entendimento da legislação e da normativa infralegal, a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Análise de Riscos mostra-se desnecessária e desproporcional à complexidade da contratação.
- 2.5. A dispensa da elaboração do ETP, neste caso, alinha-se ao princípio da eficiência, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao otimizar o processo de contratação sem comprometer a economicidade e a vantajosidade para a Administração, visto que se trata de contratação de pequeno valor, para a qual os requisitos técnicos e a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

análise de riscos podem ser adequadamente definidos e avaliados por outros meios, como o termo de referência ou especificações do objeto.

2.6. Ademais, cumpre ressaltar que a aferição da vantajosidade econômica da contratação será realizada mediante pesquisa de mercado em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Assim sendo, a Administração resolveu dispensar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

Necessidade da Administração

2.8. A Contratação de serviços de outsourcing de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (nobreaks) visa assegurar a continuidade dos serviços essenciais do MPF na Bahia, sobretudo os relacionados à Tecnologia de Informática e Comunicação (TIC), diante do enfrentamento das interrupções de energia e da obsolescência de parte dos equipamentos atualmente instalados.

Justificativa quanto à natureza do serviço

2.9. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum de engenharia**, conforme Art. 6º, XXI, alínea “a”, da Lei 14.133/2021.

2.9.1. Portanto, trata-se de serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Da previsão no Plano de Contratações Anual

2.10. A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2022-2027), principalmente quanto ao Objetivo Estratégico: “Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade”.

2.11. A presente contratação será incluída, de forma extemporânea, no Plano Anual de Contratações de 2026 da PR/BA.

Enquadramento da contratação

2.12. A contratação **fundamenta-se no artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

Agrupamento do serviço

2.13. A solução será parcelada por item, considerando que o parcelamento apresenta vantagens ao resultado da contratação como um todo, mostrando-se viável técnica e economicamente.

Da participação na Licitação

Da participação de ME/EPP

2.14. A contratação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, in verbis:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; OU

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2.14.1. Justifica-se a não aplicação do tratamento diferenciado estabelecido nos Arts. 47 e 48 em razão de a Administração ter tentado realizar certame para contratação exclusiva, restando fracassado por duas vezes em razão de propostas excessivas ou inabilitação técnica.

Da participação de pessoas físicas

2.15. O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas**, de acordo com IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, por não atender as exigências previstas no presente Termo de Referência.

Da participação de consórcio de empresas

2.16. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas no objeto desta contratação, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

Da legislação pertinente

2.17. Diversos normativos de âmbito geral e concernentes ao MPF deverão nortear a futura contratação, visto que estabelecem para a Administração Pública critérios a serem seguidos para elaboração da instrução do processo de contratação. Abaixo as normas de maior relevância:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público da União;
- c) Portaria PGR/MPU nº 28, de 16 de março de 2023, que regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União.
- d) Portaria PGR/MPU nº 174, de 20 de março de 2019, que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal.
- e) Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.

- f) Portaria PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023, que institui a Política de Governança das Contratações do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;
- g) Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal;
- h) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- i) Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.
- j) Normas técnicas (como ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão, NBR 15014 - Conversor a semicondutor • Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada - terminologia, NBR 15204 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta com saída em corrente alternada (nobreak) - Segurança e desempenho e NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Do objeto da contratação

3.1. A contratação compreende a locação dos sistemas de nobreaks, com transporte, instalação, configuração, ativação, testes, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e insumos (inclusive baterias), garantia e assistência técnica, abrangendo as unidades do MPF na Bahia nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Barreiras e Vitória da Conquista, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

3.1.1. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período de vigência, incluindo substituição de baterias, peças e componentes.

Quantitativos estimados

3.2. Quantitativo e descrição dos Nobreaks:

Local	Equipamento	Quantidade
PR/BA (Salvador)	Nobreak Trifásico de 50 kVA - Tensão da instalação 220V/127V	1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

PRM Feira de Santana	Nobreak Trifásico de 10 kVA - Tensão da instalação 220V/127V	1
PRM Barreiras	Nobreak Trifásico de 10 kVA - Tensão da instalação 380V/220V	1
PRM Vitória da Conquista (sede nova)	Nobreak Trifásico de 15 kVA - Tensão da instalação 380V/220V	1

3.3 Quantitativo de serviços de locação de Nobreak:

Item	Descrição	Qtd mensal estimada	Qtd anual estimada
1	Locação de Nobreak Trifásico 50 kVA - PR/BA (Salvador)	1	12
2	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	1	12
3	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA - PRM Barreiras	1	12
4	Locação de Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)	1	12

3.4 Quantitativo de serviços de instalação e desinstalação de nobreaks

Item	Descrição	Qtd estimada
1.1	Instalação/Desinstalação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	2



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.1	Instalação/Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	2
3.1	Instalação/Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	2
4.1	Instalação/Desinstalação Nobreak Monofásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)	2

a) O serviço de outsourcing em Vitória da Conquista ocorrerá quando iniciar o funcionamento do novo edifício da PRM de Vitória da Conquista, cuja ordem de serviço para construção se deu em 07/04/2025 e o prazo previsto no cronograma é de 24 (vinte e quatro) meses.

b) Nesse caso, a Administração instruirá a ativação do nobreak de 15 kVA (quinze quilovolt-amperes) no momento que entender pertinente para o adequado funcionamento da nova sede da PRM Vitória da Conquista/BA.

c) A instalação do nobreak será paga quando da execução do serviço e a desinstalação também ocorrerá somente quando da desinstalação, no entanto, se por qualquer motivo não houver a desinstalação do equipamento, esta não será paga. O endereço da nova instalação da PRM Vitória da Conquista/BA está informado neste Termo de Referência (tópico 5.2 “Local e horário da prestação dos serviços”).

d) Os custos de instalação e desinstalação, bem como os que tiverem correlação a estes custos, como transportes, correrão às expensas da CONTRATADA em caso de substituição do equipamento por defeito ou qualquer outra necessidade que não seja de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE.

3.5. Os requisitos necessários para os Nobreaks são:

3.5.1 Nobreaks com topologia online dupla conversão, potências conforme item 1.1, fator de potência mínimo de 0,9 na saída, autonomia mínima de 5 minutos a plena carga, distorção harmônica menor que 3%, tensão de entrada e saída conforme unidade.

- a) Online dupla conversão;
- b) Tensão de entrada conforme rede local;
- c) Tensão de saída conforme item 4.1.2;
- d) Fator de potência de saída de 0,9;
- e) Painel/Display indicativo do estado do no-break, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- f) Bypass automático e manual;
- g) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- h) Envio de alarmes para servidor de e-mail;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- i) Compatibilidade com grupo gerador e nobreaks em série, ainda que de outra marca;
- j) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear).

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório (inciso IV do art. 11 da Lei 14.133/21), deverão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber:

4.1.1. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como o Art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Declaração de que o fornecedor, ou seus dirigentes, não foi(ram) condenado(s) por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 122, admite a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento. Entretanto, no presente caso, o objeto consiste na prestação de serviço de **outsourcing de nobreaks**, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e suporte técnico integral durante toda a vigência contratual.

4.2.2. Trata-se de serviço de natureza **unitária e indivisível**, cuja execução demanda integração completa entre as atividades de fornecimento, instalação e manutenção, bem como gestão centralizada de estoques, prazos de atendimento e garantias. Não se identificam parcelas tecnicamente destacáveis que possam ser executadas por terceiros sem comprometer a técnica, a continuidade operacional e a qualidade da prestação.

4.2.3. A vedação à subcontratação visa, assim:

- a) Preservar a unidade técnica e operacional do objeto;
- b) Evitar a diluição de responsabilidades, garantindo clareza na apuração de falhas e aplicação de sanções;
- c) Assegurar a padronização e a qualidade do serviço, prevenindo variações decorrentes de múltiplos executores;
- d) Facilitar a fiscalização contratual e o controle de desempenho.

4.2.4. Considerando que o serviço contratado exige disponibilidade plena e resposta imediata, inclusive em situações críticas, é indispensável que a empresa vencedora possua, com recursos próprios, capacidade técnica e operacional para executar integralmente todas as obrigações contratuais.

4.2.5. Dessa forma, a vedação à subcontratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, proporcionando maior segurança na execução e no cumprimento das metas estabelecidas pela Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Garantia da contratação

4.3. Não se faz necessário a exigência das garantias contratuais previstas no art. 96, da Lei 14.133/2021, considerando-se a natureza e as condições específicas do objeto contratado.

4.3.1. O contrato em questão refere-se à prestação de serviço de outsourcing de nobreaks, compreendendo fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e suporte técnico integral, sem aquisição definitiva de equipamentos pela Administração. Assim, todos os custos de manutenção, reposição de peças e substituição de equipamentos defeituosos ou inoperantes serão integralmente absorvidos pela contratada, já incluídos no valor mensal do contrato.

4.3.2. Além disso, o Termo de Referência estabelece cláusulas de desempenho e glosas, prevendo a não remuneração de quaisquer períodos de indisponibilidade, ainda que parcial, dos nobreaks e respectivos bancos de baterias. Tais disposições já funcionam como instrumento eficaz de mitigação de riscos, garantindo que eventuais falhas de prestação impactem diretamente na remuneração da contratada, dispensando, assim, a adoção cumulativa de garantia pecuniária.

4.3.3. Portanto, a dispensa da garantia contratual harmoniza-se com os princípios da economicidade, proporcionalidade e eficiência, preservando a segurança da execução sem impor encargos desnecessários que possam reduzir a competitividade e elevar os custos da contratação.

4.3.4. A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo o CONTRATANTE exigir, inclusive, a capacitação dos seus técnicos, inclusive terceirizados, ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.3.5. Além da transição contratual, deverá a CONTRATADA fornecer treinamento básico no local aos técnicos do órgão, inclusive terceirizados, caso haja solicitação, às expensas da contratada, relativamente especialmente ao desligamento de emergência do equipamento.

Vistoria

4.4. Não será exigida a vistoria prévia por se tratar de serviço simples que qualquer empresa especializada tem a capacidade de realizar ainda que não tenha acesso prévio às instalações, primando assim pelo princípio da isonomia, de modo a garantir acesso à participação a qualquer empresa interessada, ainda que não possa participar de uma vistoria prévia. Contudo, há de se observar que o acesso às instalações será franqueado a qualquer interessado que deseje visitá-lo.

4.4.1.A não realização da vistoria não permitirá, à CONTRATADA, qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação.

Da Amostra

4.5. Não será exigida amostra ou prova de conceito visto que a apresentação de amostra não é aplicável ao objeto por se tratar de serviço.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições da execução

5.1. O prazo de prestação dos serviços deverá ser definido nos termos da Ordem de Serviço, emitidos após a formalização da contratação, devendo ser combinado entre as partes em um período de 45 dias e 60 dias para início da execução, contado da publicação no PNCP —Portal Nacional de Contratações Públicas — do contrato, ou outro prazo conforme interesse público a ser deliberado unilateralmente pela fiscalização.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços deverão ser executados nos endereços abaixo:

Unidade	Endereço
PRM Barreiras	Av. Ahylon Macedo, 3086, Vila Rica, Barreiras/BA – CEP 47.800-154
PRM Feira de Santana	Rua Osvaldo Cruz, 165, Kalilândia, Feira de Santana/BA – CEP 44.001-184
PR/BA (Salvador)	Rua Ivone Silveira, 243, Doron, Salvador-BA - CEP 41.192-007
PRM Vitória da Conquista (sede nova)	Avenida Hermes Lima, SN, Bairro Universitário, Vitória da Conquista-BA.

5.2.1. Nas unidades da PR/BA (Salvador) e PRM Vitória da Conquista (sede nova) há a necessidade de transporte vertical do equipamento que poderá ser realizado parcialmente por elevador, desde que atendidas as capacidades de peso e de dimensões do mesmo, e complementarmente de forma manual. Contudo, caso não seja possível, o transporte vertical deverá ser realizado por meio de guincho ou outro meio, de forma externa e cumprindo todas as exigências legais, regulamentares e de normas de segurança do trabalho, as quais poderão ser verificadas pela fiscalização.

5.2.2. Nas demais unidades não observa-se a necessidade de transporte vertical, visto que os equipamentos são de pequeno porte e concomitantemente a movimentação pode ser realizada com facilidade, conforme definido pelo SINAPI: Metodologias e Conceitos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal. – 10ª Ed. – Brasília: CAIXA, 2024, 10ª Edição Atualizado em Junho de 2025, que afirma: “É importante salientar que as composições de transporte manual vertical consideram o transporte para 1 pavimento por escada e só devem ser utilizadas em obras que não possuem



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

outros meios de transporte vertical mecanizado, como grua, elevador cremalheira etc. No caso de se ter tais equipamentos, o custo deles devem ser previstos nos custos indiretos da obra.”

5.3. Deverão ser observados os métodos, rotinas, procedimentos, frequência e periodicidade de execução mencionadas a seguir:

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Só será paga a energia devidamente disponibilizada estável e com a plena capacidade da bateria ou banco de baterias associado. A energia não fornecida estabilizada e com a disponibilização da bateria ou banco de baterias associado, seja por qualquer motivo, ainda que sem culpa ou responsabilidade da contratada, não será pago, exceto nos casos taxativamente descritos neste documento e em caso de força maior envolvendo exclusivamente a estrutura do edifício onde o equipamento estiver instalado como desastres naturais envolvendo a própria edificação ou a rede elétrica da distribuidora de energia que fornece energia ao prédio. Todos os demais casos serão considerados como não fornecimento de produto ou não prestação de serviço, não cabendo, portanto, realização de pagamento. Usa-se neste caso o mesmo critério de pagamento que é utilizado para entrega de materiais. Caso, por qualquer motivo, não se entregue um material adquirido pelo órgão, este não realiza o pagamento. De igual modo, caso se contrate um serviço e, por qualquer motivo, o serviço não seja iniciado, não se realiza o pagamento.

Também haverá exceção, permitindo-se o pagamento, quando houver interrupção temporária de energia da rede da concessionária ou serviços de manutenção interna ou externa na rede elétrica, de modo que haja interrupção temporária de fornecimento de energia ao equipamento.

5.7. A locação do nobreak e consequente fornecimento do outsourcing apenas será considerado como efetivamente entregue se atender às seguintes duas condições concomitantemente:

5.7.1. O nobreak seja fornecido e esteja em perfeito e total funcionamento, sem nenhuma falha;

5.7.2. O nobreak esteja com a bateria ou o banco de baterias em perfeito e completo estado de funcionamento, sem nenhuma falha ou qualquer tipo de problema em qualquer uma das baterias que compõem o banco de baterias

5.8. A contratada deverá comparecer ao local para verificar problema emergencial comunicado pela fiscalização, como mau cheiro, vazamento de bateria, ou manifestação de temperatura ou ruído anormal, em até uma hora após contato realizado pela fiscalização.

5.9. A contratada deverá comparecer ao local para verificar outros problemas comunicados pela fiscalização, que não sejam os problemas emergenciais elencados no item anterior, em até um dia útil após o primeiro contato da fiscalização apontando o problema que ensejou a necessidade de comparecimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.10. A contratada deverá consertar o equipamento, inclusive por meio de substituição de baterias, em até 48 (quarenta e oito) horas após primeiro comunicado da fiscalização apontando o problema que levou à condição de necessidade de conserto.

5.11. A contratada deverá substituir o equipamento e/ou as baterias em até 15 (quinze) dias contados da comunicação pela fiscalização do problema que originou a necessidade de substituição. Este prazo é comum para todas as unidades.

5.12. A fiscalização determinará em cada caso concreto como a situação se enquadra tecnicamente de modo a classificar os prazos de atendimento.

5.13. Para todos os itens do tópico 5, Execução do Objeto, o primeiro contato da fiscalização comunicando problema não requer que seja apontada a causa, sendo o primeiro contato indicando a condição genérica do problema o marco inicial da contagem de todos os prazos para solução de todos os problemas como também de seus desdobramentos, inclusive para conserto ou substituição de equipamento, de bateria ou do banco de baterias como um todo.

5.14. A contratada é obrigada a executar todas as atividades necessárias à perfeita execução do contrato, inclusive manutenção e operação de todos os componentes, bem como instalação e desinstalação quando necessário, bem como transporte horizontal e vertical, medidas de segurança e tudo o que envolver o contrato, cabendo ao órgão meramente a fiscalização e pagamento mediante atendimento pela CONTRATADA de todas as condições contratuais estabelecidas.

5.15. O contrato é apenas de locação mediante outsourcing com instalação, manutenção, operação e fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos, sendo assim, ao final do contrato os equipamentos deverão ser removidos. Enquanto não vierem a ser removidos, os equipamentos poderão ser utilizados pelo órgão sem custos, uma vez que pelos nobreaks estarem ligados na rede elétrica, a sua continuidade na instalação sem uso interromperia o fornecimento de energia ao órgão, sem que este desse causa.

5.16. Somente será permitido a utilização de equipamentos e baterias novos, devendo a empresa providenciar a substituição das baterias de forma a garantir que o equipamento não opere com baterias além do prazo de validade. Além disso, deve substituí-las quando apresentarem qualquer problema. Todos os custos, inclusive os custos de compra, de transporte, logísticos e de impostos, correm às expensas exclusivas da CONTRATADA.

5.17. Além de garantir que o equipamento não opere com baterias além do prazo de validade, a empresa deverá substituir as baterias sempre que for recomendado pelo fabricante das mesmas ou quando houver indicação em norma técnica ou na legislação. Todos os custos, inclusive os custos de compra, de transporte, logísticos e de impostos, correm às expensas exclusivas da CONTRATADA.

5.18. Todas as baterias do banco de bateria deverão ser fabricadas no mesmo lote, com todas as especificações iguais e pelo mesmo fabricante, não sendo admissível a existência de baterias diferentes no banco de baterias.

5.19. Em caso de defeito em uma das baterias do respectivo banco, todas as demais deverão ser substituídas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.20. Todos os equipamentos, materiais e serviços contratados deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis da ABNT e às certificações exigidas pelo INMETRO, garantindo qualidade, segurança e desempenho adequado.

5.21. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, os certificados de conformidade e/ou laudos técnicos comprobatórios.

5.22. A contratada deverá realizar manutenções preventivas periódicas, em conformidade com as recomendações do fabricante, visando assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos.

5.23. O serviço de manutenção corretiva deverá ser prestado sempre que identificadas falhas, com prioridade para restabelecer a operação no menor tempo possível, sem ônus adicional para a Administração.

5.24. Deverá ser implementado sistema de monitoramento contínuo dos equipamentos, com disponibilização de relatórios periódicos sobre o desempenho operacional, ocorrências de falhas e estado das baterias.

5.25. A contratada deverá fornecer suporte técnico para acompanhamento remoto ou presencial, conforme a criticidade do evento identificado. O CONTRATANTE deverá conseguir acessar remotamente as informações e configurações dos nobreaks.

5.26. A contratada será responsável por adotar práticas de operação e manutenção que assegurem a maximização da vida útil das baterias, conforme especificações técnicas do fabricante.

5.27. Deverá ser garantido pela CONTRATADA que as baterias operem dentro dos parâmetros recomendados de temperatura, carga e descarregamento.

5.28. A contratada deverá observar rigorosamente os níveis de serviço (IMR) pactuados neste Termo de Referência, incluindo prazos de atendimento, tempo máximo de resposta e tempo máximo para solução de falhas.

5.29. O não atendimento ao IMR poderá acarretar aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência.

5.30. Em caso de falha que comprometa o funcionamento do sistema, a contratada deverá providenciar a substituição imediata do equipamento defeituoso por outro de mesmas características técnicas ou superiores, sem interrupção significativa do serviço.

A substituição deverá ser realizada de forma a garantir a continuidade da operação crítica da unidade.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.31. A demanda do órgão tem como base as características descritas e pormenorizadas no neste Termo de Referência:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.32. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.33. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações para a Contratante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6 – GESTÃO DO CONTRATO

Da contratação e fiscalização

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento;

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.10.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.10.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, VII);

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X);

6.13.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, I).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III);

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII);

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII);

6.19. O gestor do contrato elaborará relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V);

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das obrigações das partes

6.21. Obrigações do CONTRATANTE:

6.21.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

6.21.2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;

6.21.3. Atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;

6.21.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na contratação, após cumpridas todas as formalidades legais;

6.21.5. Manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a CONTRATADA, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos produtos entregues

6.21.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

6.21.7. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.21.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

6.21.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.21.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.21.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

6.21.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.21.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.21.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.21.14. Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

6.21.14.1. O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

6.22. Obrigações da CONTRATADA:

6.22.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.22.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.22.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.22.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.22.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.22.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

6.22.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.22.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.22.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.22.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

6.22.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.22.1.11. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.22.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.22.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.22.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

6.22.1.15. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas. (art. 116, parágrafo único);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.22.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.22.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.22.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

6.23. É vedado à CONTRATADA:

6.23.1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal;

6.23.2. A vedação constante no subitem 6.23.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

6.23.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

Da proteção de dados pessoais

6.24. A CONTRATADA adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

7 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das situações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- 7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 7.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato;
 - 7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Quando a mesma conduta resultar em infração à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e à Lei nº 14.133, de 2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da Lei nº 12.846, de 2013.
- 7.2.1. Se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
 - 7.2.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
 - 7.2.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
 - 7.2.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.
- 7.3. Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023. Assim, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 7.1 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.3.1. Advertência, somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave;
 - 7.3.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).
 - 7.3.3. Multa sancionatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, ou sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- 7.3.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos itens 7.1.2 a 7.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 7.1.5 a 7.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.4. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.5. A multa aplicada deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da GRU pelo contratado sancionado.
- 7.5.1. Caso o licitante ou contratado requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos citados no item seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada.
- 7.5.2. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:
- 7.5.2.1. desconto dos créditos que a CONTRATADA tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU;
- 7.5.2.2. desconto da garantia, se houver.
- 7.5.3. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no item anterior, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.
- 7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.8.2. a culpabilidade do infrator;
- 7.8.3. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.8.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.8.5. os danos causados à Administração Pública;
- 7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, na Portaria PGR/MPU nº 178, de 2023, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.10. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:
- 7.10.1. no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7.10.2. no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

7.10.3. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.11. Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

7.12. Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções previstas nos itens 7.3.1 a 7.3.4, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.

7.12.1. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

7.13. Da aplicação da sanção administrativa prevista no item 7.3.5, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

7.13.1. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

7.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

Do Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme prescrições abaixo:

8.1.1. Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

8.1.2. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR para fins de medição dos resultados. Deverá haver o redimensionamento no pagamento mensal, sempre que a CONTRATADA:

8.1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

8.1.3. Caso a CONTRATADA não mantenha o nível de qualidade dos serviços, o CONTRATANTE descontará do pagamento mensal os percentuais abaixo relacionados:

Item	Descrição da falta	Incidência	%
	<p>Não comparecer ao local para verificar o problema emergencial comunicado pela fiscalização, como mau cheiro, vazamento de bateria, ou manifestação de temperatura ou ruído anormal, em até uma hora corrida contada do primeiro contato da fiscalização apontando o problema. O prazo de uma hora para atendimento emergencial se aplica às unidades de Barreiras, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista. O contato a que se refere este comando é o primeiro comunicado de problema, qualquer que seja ele, mas que teve como desdobramento a necessidade da ação referida.</p> <p>Além disso, não será realizado pagamento pelas horas de não fornecimento de energia estabilizada ou sem disponibilização das baterias.</p>	A cada chamado de identificação de problema.	5% do valor mensal
	<p>Não comparecer ao local para verificar o problema comunicado pela fiscalização em até um dia útil após o primeiro contato da fiscalização apontando o problema que ensejou a necessidade de comparecimento. O contato a que se refere este comando é o primeiro comunicado de problema, qualquer que seja ele, mas que teve como desdobramento a necessidade da ação referida. Além disso, não será realizado pagamento pelas horas de não fornecimento de energia estabilizada ou sem disponibilização das baterias.</p>	A cada chamado de identificação de problema.	3% do valor mensal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

	<p>Não consertar o equipamento, inclusive por meio de substituição de baterias, em até 48 (quarenta e oito) horas após primeiro comunicado da fiscalização apontando o problema que levou à condição de necessidade de conserto.</p> <p>O prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para conserto se aplica às unidades de Barreiras, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista. O contato a que se refere este comando é o primeiro comunicado de problema, qualquer que seja ele, mas que teve como desdobramento a necessidade da ação referida. Além disso, não será realizado pagamento pelas horas de não fornecimento de energia estabilizada ou sem disponibilização das baterias.</p>	A cada chamado de identificação de problema.	7% do valor mensal
	<p>Não substituir o equipamento e/ou as baterias em até 15 (quinze) dias contado da comunicação pela fiscalização do problema que originou a necessidade de substituição. O contato a que se refere este comando é o primeiro comunicado de problema, qualquer que seja ele, mas que teve como desdobramento a necessidade da ação referida. Além disso, não será realizado pagamento pelas horas de não fornecimento de energia estabilizada ou sem disponibilização das baterias.</p>	A cada chamado de identificação de problema.	10% do valor mensal

8.2. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.3. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

8.4. A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

8.5. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados, até um teto mensal para glosa de 10% do custo mensal do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.6. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

8.6.1. O Instrumento de Medição de Resultados somente ensejará realização de glosas após 60 (sessenta) dias do início da execução dos serviços.

Do recebimento

8.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.11. Para efeito de recebimento provisório, conforme cronograma de execução:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista do contratado, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.17.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.17.2. Comunicar à empresa para que emita e envie a Nota Fiscal ou Fatura, no valor exato dimensionado pela fiscalização, juntamente com a documentação pertinente, ao setor de contratos, para procedimentos de liquidação e pagamento.

8.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do faturamento

8.21. Após comunicação pela comissão ou servidor mencionado no item 8.11, e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado da Bahia, CNPJ: 26.989.715/0010-01, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

8.21.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

8.21.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

8.22. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

8.23. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

8.24. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação

Das condições de pagamento

8.25. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo serviço efetivamente prestado, em moeda nacional, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

8.26. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.27. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

8.28. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

8.29. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \quad \text{assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.29.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

8.30. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8.31. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

9 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR ANUAL POR ITEM**.

9.1.1. Indica-se um intervalo mínimo de diferença de percentual entre lances de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

Regime de Execução

9.2. Trata-se de contratação em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

9.2.1. Os **serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto desta contratação, serão executados em regime de empreitada por preço global**, sendo medidos e pagos mensalmente, observando o disposto no item **8 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO** deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser observado os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Técnica

9.5 Os profissionais que executarão os serviços deverão apresentar, no mínimo, a seguinte qualificação:

9.5.1. Engenheiro Eletricista – diploma de graduação em engenharia elétrica e comprovante, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.

OU

9.5.2 Eletrotécnico – certificado de conclusão de curso de técnico de nível médio em eletrotécnica, e comprovante, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CRT, acompanhada



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.

OU

9.5.3. Eletrônico – certificado de conclusão de curso de técnico de nível médio em eletrônica, e comprovante, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CRT, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que o profissional realizou instalação ou manutenção de nobreak predial.

10 – ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme Tabela 01 abaixo:

Tabela 01

Item	Descrição	Qtd mensal estimada	Qtd anual estimada	Valor unitário mensal máximo estimado (R\$)	Valor total anual máximo estimado (R\$)
1	Locação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	1	12	2.320,50	27.846,00
1.1	Instalação / Desinstalação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	-	1	1.126,66	1.126,66
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 1					28.972,66
2	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	1	12	464,10	5.569,20



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	-	1	563,33	563,33
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 2					6.132,53
3	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	1	12	464,10	5.569,20
3.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	-	1	563,33	563,33
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 3					6132,53
4	Locação de Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova) *	1	12	696,15	8.353,80
4.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)*	-	1	704,16	704,16
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 4					9.057,96
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA LOCAÇÃO (R\$)					47.338,20
VALOR TOTAL ESTIMADO INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO					2.957,48**
VALOR TOTAL ANUAL DO SERVIÇO					50.295,68
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 48 MESES (R\$)					195.267,76

* O serviço de locação do Nobreak Trifásico 15 kVA (item 4) bem como Instalação/Desinstalação do Nobreak Trifásico 15 kVA (item 4.1) inciar o funcionamento da sede nova da PRM Vitória Conquista.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

** O valor total estimado de instalação/desinstalação será computado no primeiro ano (instalação) e no último ano (desinstalação).

Valor Estimativo Total da Contratação:

Descrição	Valor Primeiro Ano	Valor Último Ano
Valor Total Locação Nobreak	47.338,20	47.338,20
Valor Total Instalação de Nobreaks	R\$ 2.957,48	0
Valor Total Desinstalação de Nobreaks	0	R\$ 2.957,48
Valor Total Anual Locação Nobreak e Instalação/Desinstalação	50.295,68	50.295,68

10.2. O valor anual total estimado da contratação para o primeiro ano (instalações), considerando-se a PRM de Vitória da Conquista no cômputo apenas para estimativa, e para o último ano (desinstalações) é **R\$ 50.295,68 (cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos)**. Para estes anos o valor é maior devido ao pagamento da instalação e desinstalação, cabendo apurar para o caso do último ano se de fato a desinstalação será realizada, pois o contrato pode ser renovado ou o equipamento pode não ser desinstalado por não haver necessidade, desde que consentido pela fiscalização.

10.3. O valor anual total estimado da contratação para os demais anos é **R\$ 47.338,20 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos)** para cada ano.

10.4. O valor total estimado da contratação para 04 (quatro) anos é **R\$ 195.267,76 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos)**.

10.5. Considerando-se que a PRM de Vitória da Conquista encontra-se em processo de construção de nova sede, haverá necessidade futura de instalação de um nobreak de 15kVA. Nesta hipótese, a instalação será formalizada pela Administração da PR/BA no momento que entender pertinente para o adequado funcionamento da nova sede da PRM Vitória da Conquista/BA. O endereço da nova instalação está informado neste Termo de Referência (tópico 5.2 “Local e horário da prestação dos serviços”).

10.6. Para os valores de desinstalação foram considerados os mesmos valores para a instalação, uma vez que se compreende que a diferença entre um e outro se resume à inversão das etapas de execução.

10.7. A instalação ocorrerá apenas no primeiro ano de utilização do equipamento e a desinstalação apenas no último ano de utilização do equipamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

10.8. Os custos de transporte e logística, assim como os demais custos, estão incluídos na estimativa do órgão e devem ser incluídos na proposta das empresas licitantes.

10.9. A formação dos preços estimados decorre de mapa comparativo (disponível no documento PR-BA-00023560/2026) elaborado a partir de pesquisa de contratações similares já realizadas por órgãos da Administração Pública para serviços de outsourcing de nobreaks, cujos valores constam em processos administrativos públicos e bases oficiais de compras governamentais.

10.10 Adicionalmente, foi utilizada planilha sintética com parâmetros do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), em relação aos custos unitários de instalação e desinstalação dos equipamentos (planilha disponível do documento PR-BA-00023560/2026).

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

I) UG Executora: 200031.

II) Programa de Trabalho: 172236.

III) Plano Interno: MBASIC.

IV) Fonte: 1000000000.

V) Elemento de Despesa: 339039.

VI) Subelemento: 17 (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos).

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 – ANEXOS

ANEXO A.1: Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Procuradoria da República no Estado da Bahia

A/C Agente de Contratação,

Apresentamos nossa proposta referente ao **Dispensa Eletrônica nº 09/2026**, cujo objeto é a contratação de serviços de outsourcing, incluindo locação, instalação, transporte (inclusive vertical), manutenção preventiva e corretiva e reposição de insumos (inclusive baterias) e descarte de baterias, de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (Nobreaks), para o edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia em Salvador (PR/BA) e para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista

EMPRESA E CNPJ:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

PREENCHER A PLANILHA ABAIXO COM O ITEM (NS) QUE FOR(EM) DE SEU INTERESSE

PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. MENSAL	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Locação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	1	12	R\$	R\$
1.1	Instalação / Desinstalação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	-	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 1					R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. MENSAL	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
2	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	1	12	R\$	R\$
2.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	-	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 2					R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. MENSAL	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
3	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	1	12	R\$	R\$
3.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	-	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 3					R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. MENSAL	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
4	Locação de Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)	1	12	R\$	R\$
4.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)	-	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 4					R\$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

VALOR TOTAL ANUAL DA LOCAÇÃO	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO INSTALAÇÃO/DEINSTALAÇÃO *	R\$
VALOR TOTAL ANUAL DO SERVIÇO	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 48 MESES	R\$

* O valor total estimado de instalação/desinstalação será computado no primeiro ano (instalação) e no último ano (desinstalação).

Validade da Proposta: ____ dias.(Mínimo – 60 dias)

Declaramos que o preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do serviço, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

(cidade/data)....., de de 2026.

ASSINATURA

(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

IMPORTANTE: As Planilhas de Custos e Formação de Preços, conforme modelo do Anexo A.1 do Termo de Referência, em formato editável, podem ser utilizadas pelos fornecedores como forma de auxiliar na composição dos preços de sua proposta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

**ANEXO III
CONTRATO Nº ____/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
OUTSOURCING DE SISTEMAS DE
FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE ENERGIA
(NOBREAKS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA E A
EMPRESA _____.**

A UNIÃO, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob número 26.989.715/0010-01, com sede na Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, CEP: 41.194-015, Salvador/BA, neste ato representada pelo seu Secretário Estadual, Sr. **Frederico Guilherme Penalva Mattos**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº ****995-00, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.559.855-**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 339, de 17 de dezembro de 2020, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo seu Secretário Estadual Substituto, Sr. **Silvio Fernando Lima de Santana**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº ****050-50 SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.568.445-**, no uso de sua competência delegada pela Portaria PR/BA nº 238, de 09 de agosto de 2024, publicada em 14 de agosto de 2024, e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na **(endereço)**, Tel: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxx@xxxxxxxxx.xxx.xx, neste ato representada por seu sócio _____, **(qualificação)**, portador da carteira de identidade RG nº xxxxxx SSx/xx e do CPF/MF nº xxxxxxxxx, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.14.000.001010/2025-88, e em observância das disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017 (alterada pela IN nº 07/2018-SG/MPDG), da legislação aplicada ao Ministério Público da União e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços de outsourcing, incluindo locação, instalação, transporte (inclusive vertical), manutenção preventiva e corretiva e reposição de insumos (inclusive baterias) e descarte de baterias, de sistemas de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

fornecimento ininterrupto de energia (Nobreaks), para o edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia em Salvador (PR/BA) e para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

PARÁGRAFO ÚNICO - A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo nº 1.14.000.001010/2025-88, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a) Aviso de Contratação Direta nº 09/2026;
- b) Termo de Referência, anexo I do Aviso de Contratação Direta nº 09/2026;
- c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em xx/xx/2026, contendo o valor mensal e unitário dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 48 meses, de __/__/202x a __/__/202x, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Os modelos de gestão e de execução, assim como as condições de execução do objeto deste contrato constam dos itens 5 e 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total e nem parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$_____ (_____), perfazendo o valor anual de R\$_____ (_____), e o valor global estimado de R\$ (....).

Tabela 01 (Locação de Nobreak)

Item	Descrição	Qtd mensal	Valor unitário mensal (R\$)	Valor total anual (R\$)
1	Locação de Nobreak Trifásico 50 kVA - PR/BA (Salvador)	1		
2	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	1		
3	Locação de Nobreak Trifásico 10 kVA - PRM Barreiras	1		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

4	Locação de Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova) **	1		
			Total Anual	

** O serviço de locação do Nobreak Trifásico 15 kVA (item 4) iniciará após inauguração da sede nova da PRM Vitória Conquista.

Tabela 02 (Instalação/Desinstalação de Nobreak)

Item	Descrição	Qtd estimada	Valor unitário máximo estimado	Valor total máximo Estimado
1.1	Instalação / Desinstalação de Nobreak Trifásico 50 kVA – PR/BA (Salvador)	2		
2.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Feira de Santana	2		
3.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 10 kVA – PRM Barreiras	2		
4.1	Instalação / Desinstalação Nobreak Trifásico 15 kVA – PRM Vitória da Conquista (sede nova)**	2		
			TOTAL	

** O serviço de Instalação/Desinstalação do Nobreak Trifásico 15 kVA (item 4.1) ocorrerá após inauguração da sede nova da PRM Vitória Conquista.

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

As condições para faturamento e pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no item 8 do Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **17/04/2026**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, a Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

PARÁGRAFO QUARTO - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **Parágrafo Primeiro**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO OITAVO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO NONO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das discriminadas no item 6.21 do Termo de Referência:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- c) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das discriminadas no item 6.22 do Termo de Referência, cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a CONTRATADA que incorrer em quaisquer das situações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a mesma conduta resultar em infração à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e à Lei nº 14.133, de 2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da Lei nº 12.846, de 2013.

- I. Se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;
- II. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

III. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

IV. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023. Assim, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no caput ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência, somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave;

II. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento);

III. Multa sancionatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, ou sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado;

IV. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II e IV do *caput*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos V e VIII do *caput*, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO QUINTO - A multa aplicada deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da GRU pelo CONTRATADA sancionado.

I. Caso a CONTRATADA requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos citados no item seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada;

II. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

a) desconto dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU;

b) desconto da garantia, se houver.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

III. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no item anterior, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

PARÁGRAFO SEXTO - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos causados à Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, na Portaria PGR/MPU nº 178, de 2023, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:

- I. no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- II. no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e
- III. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções previstas no Parágrafo Terceiro, incisos I a IV, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.

- I. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Da aplicação da sanção administrativa prevista no Parágrafo Terceiro, inciso V, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

I. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: ;
- II) Fonte de Recursos: ;
- III) Programa de Trabalho: ;
- IV) Elemento de Despesa: ;
- V) Plano Interno:

PARÁGRAFO SEGUNDO - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As alterações contratuais não poderão ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) para acréscimos ou supressões, do valor inicial atualizado do Contrato, conforme limites estabelecidos no art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Salvador/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Salvador/BA, data da assinatura eletrônica

(Assinatura digital)

CONTRATANTE

(Assinatura digital)

CONTRATADA



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente do **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026**, realizado pela Procuradoria da República na Bahia, **DECLARA QUE:**

1. Os sócios desta empresa não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal, nos termos da Resolução nº 37, de 28/04/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;
2. Não foi condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:
 - a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
 - os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
3. Não explora o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
 - o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - o Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
 - os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
 - o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
4. Não pratica, de nenhuma forma, ações que possam infringir os dispositivos contidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal. Não pratica, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim) e não pratica ações que caracterizem os crimes previstos no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo, e nas Convenções da OIT 29 e 105.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante (**responsável: nome, cargo e assinatura**)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA
ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026**, realizado pela Procuradoria da República na Bahia, DECLARA que, no ano-calendário de realização da presente contratação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)